Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Relações Internacionais

ALMIR CASTELO BRANCO FIGUEIREDO

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA-LATINA O MERCOSUL E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS IDEAIS INTEGRACIONISTAS

BRASÍLIA

2010

ALMIR CASTELO BRANCO FIGUEIREDO

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA-LATINA, O MERCOSUL E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS IDEAIS INTEGRACIONISTAS

Monografia apresentada no Centro Universitário de Brasília como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

BRASÍLIA

2010

ALMIR CASTELO BRANCO FIGUEIREDO

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA-LATINA, O MERCOSUL E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS IDEAIS INTEGRACIONISTAS

Monografia apresentada no
Centro Universitário de Brasília
como um dos pré-requisitos para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais

BRASÍLIA, 11 DE NOVEMBRO DE 2010

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. FÁTIMA FARO
(ORIENTADORA)

_____
Prof. MARCELO GONÇALVES DO VALLE
(EXAMINADOR)

_____
Prof. CARLITO ROBERTO ZANETTI
(EXAMINADOR)

Dedico este trabalho à minha família e a todos aqueles que amo e que de alguma forma fizeram, fazem ou farão parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus, pois sem Ele não haveria o que agradecer.

Aos meus pais: Almir (em memória) e Neila, por sempre estarem ao meu lado.

Às minhas irmãs, Letícia e Ana Luiza, pela boa vontade em me ajudar.

À Professora Fátima Faro, por sua orientação dedicada que tornou este trabalho possível.

Aos amigos que sempre me apoiaram e a Emmanuel pela ajuda na revisão.

A todos os professores que me ofereceram o necessário para que conseguisse completar esta jornada.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....4
AGRADECIMENTOS.....5
SUMÁRIO GERAL.....6
SUMÁRIO DE SIGLAS.....8
SÍTIOS VISITADOS.....8
RESUMO.....9
ABSTRACT.....10

O FENÔMENO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....11

1 O histórico da integração regional e a formação dos blocos econômicos.....12
1.1Supranacionalidade.....13
1.2 Referencial teórico e teoria da Integração Regional.....14
1.2.1 Aspectos positivos da Integração Regional.....17
1.2.2 Obstáculos à Integração Regional.....20
1.2.3 Objetivos do processo de integração econômica.....21
1.3 Etapas do processo de Integração Econômica Regional.....23

- **Zona de Preferências Tarifárias.....23**
- **Zona de Livre Comércio.....24**
- **União Aduaneira.....25**
- **Mercado Comum.....25**
- **União Econômica.....26**
- **Integração Econômica Total ou União Monetária.....27**
- **União Política.....27**

1.4 Integração Regional no Contexto Latino Americano.....27

CAPÍTULO 2 - O MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL.....31

2 Perspectiva histórica da integração regional e construção do ideal integracionista.31
2.1 A origem do Mercosul.....33
2.1.1 ALALC.....33

2.1.2 ALADI.....33

2.2 O Tratado de Assunção.....34

2.2.1 Objetivos do Tratado de Assunção.....35

2.2.2 Princípios do Tratado de Assunção.....35

2.2.3 O Protocolo de Outro Preto.....36

2.2.4 Objetivos do Mercosul.....36

2.3 O papel político internacional do Mercosul.....37

2.4. Estrutura Institucional do Mercosul 38

- **Conselho do Mercado Comum.....38**
- **Grupo Mercado Comum.....39**
- **Comissão de Comércio do MERCOSUL.....39**
- **Comissão Parlamentar Conjunta 40**
- **Foro Consultivo Econômico-Social.....40**
- **Secretaria Administrativa do Mercosul.....40**
- **Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.....40**

CAPÍTULO 3 - POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA.....42

3 A formação de um bloco econômico que englobe todos os países da América-Latina (UNASUL).....42

3.1 A fragilidade democrática dos países sul-americanos como obstáculo à consolidação dos projetos de integração econômica.....45

3.2 O relançamento do projeto de integração Mercosul.....47

3.3 A integração produtiva.....49

3.4 A viabilidade da integração continental.....51

Conclusão.....54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....58

SUMÁRIO DE SIGLAS

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
CE – Comunidade Europeia
CECA – Comunidade Europeia do carvão e do aço)
PAC – Política Agrícola Comum
BENELUX – Bélgica, Holanda e Luxemburgo
PIB – Produto Interno Bruto
FARC´S – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
UE – União Europeia
CEE – Comunidade Econômica Europeia
ZLC – Zona de Livre Comércio
UA – União Aduaneira
MCE – Mercado Comum Europeu
MC – Mercado Comum
UE – União Econômica
UP – União Política
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
TEC – Tarifa Externa Comum
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
GATT – Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
CMC – Conselho do Mercado Comum
GMC – Grupo do Mercado Comum
CCM – Comissões de Comércio do Mercosul
CPC – Comissão Parlamentar Conjunta
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul

SÍTIOS VISITADOS

MRE – Http://www.mre.gov.br: acesso setembro de 2010

MERCOSUL – Http://www.mercosul.gov.br: acesso setembro de 2010

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Http://www.mdic.gov.br: acesso setembro de 2010

http://jus.uol.com.br/revista/texto/4744/soberania-e-ordem-juridica-supra-nacional-no-mercosul

http://www.pdp.gov.br

RESUMO:

O objetivo desta monografia é analisar, dando ênfase ao Mercosul, a importância da integração regional sul-americana e estudar com base nos teóricos da integração regional, os possíveis caminhos que podem ser construídos para atingir o desenvolvimento regional, este que tem como base a formação dos blocos econômicos. O trabalho apresenta a estrutura institucional do Mercosul apontando ideias para o seu crescimento e propõe também mecanismos para estruturar um maior desenvolvimento do bloco sul-americano, objetivando expor as falhas que são empecilhos à construção do ideal integracionista em sua plenitude. O projeto aborda a integração nos seus vários aspectos: econômico, social, político e cultural, como elementos interligados que procuram fortalecer uma aproximação que se pretende no continente sul-americano.

Palavras-chave: MERCOSUL, INTEGRAÇÃO REGIONAL, BLOCOS ECONÔMICOS.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to analyze, with focus in Mercosul, the importance of regional South America integration and study with basis of theoreticians of regional integration, possible ways of construction to achieve regional development. This one has a base the economic blocks formation. The job presents the Mercosul institutional structure pointing ideas for its growth considering also mechanisms to structuralize development of the south America block. Objectifying to display the imperfections that are obstacles to reach a high level of the integration. It approaches integration in several aspects: cultural, politics, economic, social as linked elements necessary to fortify an approach intended for South America continent.

Key words:

MERCOSUL, REGIONAL INTEGRATION, ECONOMIC BLOCKS

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO

No início do trabalho, enfatiza-se a relação histórica dos países com o processo de integração, elucidando as primeiras tentativas de integração no âmbito europeu e sua influência e consolidação na América Latina com assinatura dos acordos sub-regionais. O trabalho analisa os obstáculos ao processo de integração, seus pontos positivos, negativos e objetivos. A partir de uma análise histórica pela busca dos ideais de integração, o Mercosul tomou forma de bloco econômico, cresceu e ajudou a propagar a ideia de que a integração beneficia em vários aspectos os países que dele fazem parte. Analisando a formação do Mercosul com base em estudiosos, entusiastas e diplomatas, chega-se a conclusão de que sua importância econômica, política e social para a região sul-americana vai além dos objetivos imediatistas e comerciais dos estados-partes e assume uma proporção global.

O capítulo 2 apresenta a estrutura institucional do Mercosul, aponta falhas e procura estabelecer caminhos possíveis para atingir um maior desenvolvimento econômico regional. A metodologia utilizada neste trabalho apresenta uma dissertação com base em textos, sítios e livros voltada para a formação dos ideais de integração na América do Sul, sua consolidação e aplicação na região e na formação do Mercosul. Aponta caminhos, medidas e propostas para o futuro da integração regional. O estudo traz em seu desenvolvimento o referencial teórico, com uma abordagem da evolução histórica e formação dos blocos econômicos, os caminhos e propostas para o futuro da integração regional e do Mercosul.

O capítulo 3 apresenta uma reunião das ideias apresentadas nos capítulos anteriores que se concatenam com intuito de analisar as possibilidades para a formação de uma nova estrutura de integração regional (UNASUL) como alternativa possível frente aos desafios de expansão comercial e aponta ainda o caminho da Integração Produtiva como alternativa viável para o Mercosul. O capítulo aborda a fragilidade dos países sul-americanos, além da incerteza democrática como empecilho à formação de um bloco de proporção continental. Questiona ainda a fragilidade do Mercosul como instituição, aponta possíveis caminhos para o seu futuro e por fim analisa com base na história da integração a viabilidade da integração como mecanismo de desenvolvimento dos países.

1. O HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E ORIGEM DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

As primeiras tentativas de integração no âmbito europeu nasceram logo após a 2ª Grande Guerra com a construção da Comunidade Europeia (CE), seguida em 1952, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada pelo Tradado de Paris em 1951. Esta visava uma maior aproximação comercial entre os países produtores de carvão e de aço. Mais tarde, em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, o acordo tornou-se a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ou "mercado comum" que tinha por objetivo facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e dos serviços entre os Estados-Membros.

Inicialmente, a integração europeia tinha como objetivo pôr fim às frequentes guerras entre os países vizinhos. No período subsequente, iniciava-se o processo de integração europeia com a criação da Política Agrícola Comum – PAC, que aumentou o controle da produção de alimentos, uniformização das taxas, proporcionado lucro aos agricultores. Já em 1973, com a consolidação da União Europeia – EU, marcada pela entrada da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, segue-se um período de marasmo integracionista em função de um contexto conturbado de regimes autoritários, e só em 1989, com a queda do muro de Berlim e o fim da separação entre Alemanha ocidental e oriental foi decretado o fim dos regimes comunistas nas Europas central e oriental, surgindo um maior interesse de aproximação comercial. Em 1995, Finlândia, Suécia e Austrália aderiram à União Europeia e já na década seguinte atingiram um alto grau de integração regional com a Unificação da moeda[1] entre alguns países membros do bloco: o Euro. Já em 2004, o bloco cria a Constituição Europeia com intuito de fortalecer a democracia no contexto europeu e, em 2005, 10 novos países ex-socialistas, (Letônia, Estônia, Lituânia, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Polônia, Bulgária, Malta e Chipre) passam a fazer parte do processo de integração.

A Europa conquistou ao longo de cinco décadas de esforço, o objetivo de concretizar um mercado comum, superando diferenças e encarando desafios. Atingiu o patamar de União Econômica. Esse esforço, se comparado com o processo de integração recente da América Latina, leva à conclusão de que ainda almeja-se um crescimento imediatista, quando o esforço de integração requer: adequação, calma e esforço político.

1 O euro foi introduzido na data de 1º de janeiro de 2002, e somente a Inglaterra ainda não o aderiu como moeda nacional.

1.1 SUPRANACIONALIDADE

O conceito de supranacionalidade nasceu em terras Europeias com a formação da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do aço) pela assinatura do tratado de Paris e consolidou-se como o principal suporte do Direito Comunitário Internacional. Nesse documento, nasceu o neologismo *Supranacionalidade*, reconhecendo a existência de um poder superior ao das autoridades nacionais dos Estados-Membros, em que as decisões passam a ser obrigatórias.

A definição de supranacionalidade[2] é bastante controvertida, mas se pode dizer que, segundo Otermin, consiste basicamente na existência de instâncias de decisão independentes do poder estatal. Dessa maneira, pode-se ilustrar o conceito em características básicas de caráter complementar aplicado às relações internacionais estatais: aplicação do ordenamento comunitário e seu efeito direto; transferência de competências; e a própria supremacia das normas comunitárias.

A elaboração de doutrina jurídica[3] foi a base de formação da EU, por conseguinte, com o estabelecimento de normas comunitárias comuns e aplicáveis de maneira equilibrada e imediata, criou-se um ambiente em que a norma jurídica nos Estados-Membros permitia aplicação dessas regras, de acordo com os governos dos países. Essa base de formação, para ser aplicada na América Latina de maneira eficaz, deve ter alicerces jurídicos tanto em caráter governamental, quanto na sociedade civil como forma de fortalecer as instituições democráticas dos Estados.

Em resumo, definir integração supranacional[4] é uma tarefa que deve levar em consideração os conceitos e requisitos de Estado comunitário, interdependência e efeitos, essa podendo ser concretizada, de uma maneira geral, como produto entre a economia internacional e a interdependência que se manifesta de maneira distinta entre os membros.

---

2 http://jus.uol.com.br/revista/texto/4744/soberania-e-ordem-juridica-supra-nacional-no-mercosul

3 TEIXEIRA, ª F. D. A Natureza jurídica das comunidades européias. Coimbra; Almedina, 1993. p 92

4. Kunzer, Jacob Paulo. Mercosul e o Comércio Exterior. (coordenadora Yone Silva Pontes. São Paulo. Aduaneiras. 2001.

Com estabelecimento do conceito de supranacionalidade que contribuiu para o desenvolvimento do Direito Comunitário Europeu, e com a criação e a consolidação dos blocos regionais, faz-se necessário citar a delegação de poderes e competências, pelos quais os Estados-Membros concedem aos órgãos comunitários, poderes constitucionais para legislar sobre determinadas matérias.

A integração supranacional no contexto europeu funciona como uma base de construção e aplicação de normas e competências que podem ser aplicadas no continente sul-americano de maneira experimental, visto que é um modelo de integração que trouxe resultados positivos à UE, porém se faz necessário estudar medidas de adaptação antes de aplicá-las no contexto regional. Além disso, deve-se criar uma legislação comum entre os Estados-Membros do Mercosul, ou ao menos procurar adaptá-las da mesma maneira feita pela Comunidade Europeia e, com sua devida aplicação, haverá uma maior legitimidade do bloco, aumento do reconhecimento da instituição no âmbito internacional, trazendo benefícios comerciais, econômicos e sociais aos Estados-Membros.

1.2 Referencial Teórico e Teoria da Integração Econômica

A palavra integração vem do latim “integratio”, significa “renovação” ou “restabelecimento”, e hoje em dia tem um significado mais contemporâneo e mais adequado às relações internacionais contemporâneas: “combinação de partes num todo” ou associação de várias áreas econômicas que se define como um processo e uma situação. Tal fenômeno iniciou-se no fim da primeira metade do século XX, quando os países europeus decidiram aplicar as regras do livre-comércio, a fim de obterem vantagens para si, logo após a Segunda Grande Guerra.

A formação dos blocos econômicos[5] veio da necessidade de intensificar a economia no mundo globalizado, além de reestruturar as economias que foram abaladas pelas crises e Guerras Mundiais da metade do século XX. Nascia o interesse pela integração e pela cooperação com intuito de reestruturar e fortalecer as economias frente a um mercado mundial conturbado. Atualmente, a maioria das economias mundiais encontra-se envolvida em algum processo de integração econômica.

5 Relações econômicas internacionais: Teoria e questões Editora Campus autor: Rodrigo Luz

Além disso, o comércio internacional cresceu e ampliou o ganho de disponibilidade de produtos entre os países, estimulando primordialmente as trocas comerciais. Por exemplo: um país poderia deixar de produzir determinado produto por fatores de ordem natural ou pelo alto custo de importação. Um exemplo é o de países de clima equatorial que tem de importar frutas subtropicais. A prática permite que países estimulem as trocas comerciais complementares sendo estas o intuito principal das economias e dos acordos de integração, que buscam a redução ou até mesmo eliminação dos impostos de importação e exportação para aumentar as trocas comerciais.

O verdadeiro sentido econômico da integração é a melhora nas políticas comerciais e econômicas, resultando em maior satisfação dos consumidores, barateamento dos produtos, melhora tecnológica, aumento das exportações, redução de custos, melhora na qualidade de vida e consequente diminuição das disparidades sociais.

A integração econômica pode ser definida [6] como um processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre dois ou mais países. A eliminação de obstáculos ao fluxo de mercadorias, serviços e fatores de produção resulta na ampliação de mercados e no aumento da produtividade dos fatores de produção.

O processo de integração regional pode atuar ainda em várias dimensões além da econômica, como a política e social. O papel central da integração latino-americana está na ampliação do comércio e na busca de uma maior inserção do mercado internacional com o objetivo de fortalecer as economias dos países envolvidos. No contexto latino americano, ainda caminha-se lentamente na busca da integração no âmbito social e político. Ainda existe uma falta de cultura política direcionada para o bem- estar social no contexto sub-regional.

Nesse sentido, observa-se um dos fundadores da Integração Regional, Bela Balassa, que divide o processo de construção do ideal de integração de duas maneiras: [7] um como processo e outro como situação. Como processo implica a diminuição das desigualdades econômicas entre os Estados. Já como situação, corresponde à tendência de eliminar as várias

6 Machado, João Bosco M.Mercosul: processo de integração: origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras, 2000, pág. 19

7 BALASSA, Bela. Teoria da Integração Econômica. 2ª edição. Lisboa, LCE, 1961.

formas de discriminação entre economias distintas. Outro diferencial conceitual do autor foi distinguir integração de cooperação. Essa diferença é qualitativa e quantitativa, segundo o autor: a cooperação significa ação contra a discriminação entre os Estados, enquanto a Integração pressupõe medidas que conduzem ao caminho para eliminar as diferenças econômicas entre Estados.

Segundo Balassa,[8] o caminho da integração regional tem como objetivo primordial a melhoria do desempenho econômico e a busca pelo bem-estar dos povos, o qual se acredita estar diretamente ligado à qualidade e a quantidade dos bens produzidos. Além da melhoria e adequação na distribuição dos produtos nacionais e importados, e também uma melhor distribuição dos rendimentos auferidos da melhoria comercial nas economias externas e internas.

O processo de integração nasceu [9]com base na proximidade geográfica entre os países e na relativa facilidade com que podem estabelecer relações comerciais mais favoráveis em termos econômicos. Essa aproximação geográfica facilita também uma aproximação cultural, social e de trabalho entre os membros de um bloco sub-regional, cooperando assim para a construção de um desenvolvimento que tenha como base sustentabilidade, trazendo benefícios para as nações envolvidas em processos integracionistas.

Sua importância no cenário internacional pode ser verificada pelo número de acordos regionais, sub-regionais e bilaterais que objetivam a formação de áreas de livre comércio, mercado comum e união aduaneira. Essas diferentes etapas de integração que processam grande parte do comércio internacional atual, representam componente fundamental das relações internacionais contemporâneas. Em função dos inúmeros conceitos existentes de diversos autores, a percepção atual da importância da integração vai além do pessimismo histórico ocasionado por guerras, diferenças políticas, religiosas e comerciais. Integrar é um conceito hoje global e uma realidade internacional que almeja melhora na qualidade de vida

8 BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALES, Reinaldo. Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, passim.

9 Ellsworth, Paul Theodore, 1897 – Economia Internacional. São Paulo, Atlas, 1978

dos povos envolvidos em alguma forma de integração. Atualmente a integração é objetivo primordial dos governos latino-americanos.

Uma outra forma de se enxergar a integração, é perceber que a construção da história tem por um de seus pilares as negociações internacionais e a consolidação do comércio e consequentemente sua expansão para o mundo[10]. As trocas comerciais hoje se estendem nas mais diversas esferas, como na política e também econômica. Estendendo-se também entre atores, organizações e instituições internacionais.

A integração econômica definida por BALASSA (1961) possui diversos graus de interação: Zona de livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica, Integração Econômica Total e ainda União Política.

Em vista dos numerosos conceitos dos mais importantes autores, pode-se concluir que cada definição é específica. Dessa maneira, é preciso trabalhar em conjunto na construção de um conceito que unifique o sentido da integração no âmbito dos países sul-americanos. Dando uma unidade ao conceito e estabelecendo-se um conceito integrado no âmbito sub-regional e aplicável na região sul-americana.

1.2.1 Aspectos Positivos da Integração Regional

A história dos países é cercada de conflitos ideológicos, econômicos, comerciais, militares dentre outros. O nascimento do integracionismo seguiu-se da necessidade histórica de elaboração de um mecanismo de paz e cooperação entre as nações que precisavam se reestruturar após o período pós-guerras. Com a conformação de regiões comerciais ou formação de blocos econômicos, está se edificando também uma aproximação entre nações soberanas que buscam concretizar interesses comuns.

O comércio internacional[11] surge na antiguidade evoluindo do Egito à Mesopotâmia. Em seguida vieram os Fenícios que evitavam a concorrência externa e tornaram-se grandes navegadores e comerciantes marítimos, enquanto os gregos eram obrigados a importar alimentos para seu consumo. Dessa forma, pode-se concluir que o comércio internacional

10 BALASSA, Bela. Teoria da Integração Económica. 2ª edição. Lisboa, LCE, 1961

11 SILVA, Aristides. Economia Internacional: uma introdução. São Paulo : Atlas, 1979.

nasceu com a civilização e tinha como base a busca para obter alimentos e desde então vem se desenvolvendo. Hoje, o comércio exterior é muito importante e permite complementaridade de mercados externos assumindo importância vital para a economia de um país. Em seguida surge o mercantilismo no século XVI e permanece até o século XVIII quando surge o liberalismo seguindo-se da Revolução Industrial e da corrente nacionalista.

Com o surgimento[12] da troca efetiva de mercadorias entre nações distintas, nascia o comércio internacional contemporâneo, que segundo Heckscher-Ohlin, acreditava ser a diferença de preços a base de troca e de interesse comercial entre duas nações e assim os Estados buscavam complementar interesses vantajosos para suas economias. Essa teoria tem como foco fatores e preços relativos como fatores determinantes do comércio internacional.

As nações buscariam as relações comerciais em que os produtos exportados deveriam ter uma grande produção e preço relativamente barato enquanto que importariam produtos escassos e caros. A teoria também prevê a redução ou eliminação na diferença dos preços e fatores entre as nações, ainda muito aplicada no contexto das relações comerciais externas.

O objetivo do comércio internacional é facilitar a relação de mercados internacionais e melhora na relação dos fatores comerciais entre as mais distintas nações entre outros. Assegurar a cooperação internacional como ideal internacional de desenvolvimento econômico e buscar ampliar a Integração entre os países.

Segundo o autor, existem fatores dinâmicos (tecnologia, fatores de produção e preferências comerciais) que permitem analisar a base e os benefícios decorrentes do comércio, mas esses fatores se apresentam em constante mutação podendo alterar a produção, as condições e o volume do comércio. Existe também a tarifa que tem como principais pontos positivos: proteger a mão-de-obra interna contra a estrangeira, reduzir o desemprego, melhorar balanço de pagamentos, as relações de troca e bem-estar, proteção contra o "dumping"[13]

12 SALVATORE, Dominick; 1940 – Economia Internacional – A teoria pura do comércio internacional: oferta. Pág 45.

13 "Dumping" significa vender em um mercado estrangeiro abaixo do "valor justo" ou preço cobrado internamente, pratica de comércio desleal.

Salvatore explica a criação de comércio pela necessidade de substituir a produção interna por importações de um produto mais eficiente e de custo mais baixo, gerando uma melhora e um aumento do bem-estar.

Já o desvio de comércio ocorre quando (Salvatore, 1978) "as importações de um fornecedor de baixo custo, de fora de algum tipo de etapa econômica regional, são substituídas por um outro de alto custo que seja membro, reduzindo de maneira geral o bem-estar".

Em análise o autor conclui que na Comunidade Econômica Europeia e a sua evolução não impediram que a busca por benefícios econômicos gerasse desvios de comércio especialmente em produtos agrícolas e conclui afirmando que o bem estar dinâmico é maior.

Para os países em desenvolvimento[14], a integração representa a chave para o ingresso no desenvolvimento econômico, pois fortalece a criação de indústrias, aumenta o poder de barganha e reduz a fragilidade externa dos países-membros de um bloco ou associação.

O aspecto primordial da integração econômica pode ser enumerado em uma ampla perspectiva[15]: a possibilidade de desenvolver uma economia de escala com foco no mercado de blocos econômicos, em lugar do mercado nacional. Essa hipótese acarreta necessariamente em um crescimento e aumento da produção, redução de custos, além de um alargamento do mercado como visto no exemplo da formação do Mercado Comum Europeu.

Além dos fatores anteriormente citados, a formação de blocos fortalece a capacidade de atração de investimentos estrangeiros, pois com a ampliação do mercado, há fortalecimento dos Estados de maneira conjunta no contexto internacional. Dessa forma, as relações com países terceiros e com organizações internacionais também se fortalecem e os países transmitem maior confiança diante de um cenário internacional atual de recuperação financeira mundial.

De maneira sucinta, podemos afirmar que a integração econômica fortalece o poder estatal e cria um fator de interesse internacional na busca do desenvolvimento das economias,

14 CAMPOS, João Mota de: Manual de direito comunitário. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 491-493.

15 CAMPOS, João Mota de: Manual de direito comunitário. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

indo além da visão egocêntrica do crescimento individual de um Estado. Torna-se um projeto macro e de suma importância política, social e econômica de aplicabilidade contínua.

1.2.2 Obstáculos à Integração Regional

Cabe observar, que há também de se avaliar e contrabalançar os aspectos positivos e negativos. A seguir veremos alguns aspectos negativos que representam barreiras à consolidação da integração: a diferença econômica entre os membros dos blocos sul-americanos é um dos aspectos, haja visto que os países de pouco desenvolvimento não dispõem de uma base econômica forte que suporte a elaboração de projetos de grande volume de capital.

Destacam-se também as diferenças sociais entre os membros e acredita-se não haver como solucionar diferenças sociais apenas com estabelecimento de regras de igualdade formal entre os membros, visto que tais diferenças devem ser combatidas com intuito de diminuir as diferenças econômicas através de aproximação e diálogo. Aí reside um problema estrutural que deve centralizar os esforços, exigindo uma reconstrução política e ideológica dos objetivos integracionistas dos países latinos que pretendem conformar uma união econômica e social, assim os Estados devem procurar adequar e estruturar, na medida de suas desigualdades, soluções de adaptação para os setores econômicos mais fracos, visto que estes podem ser afetados por setores mais fortes dos próprios membros mais desenvolvidos do grupo.

Outro aspecto importante é a resistência de aceitação de decisões não internas pelas populações, vindas de outros órgãos ou Estados, fundamentalmente na esfera governamental e na esfera civil ainda existe um distanciamento que precisa ser trabalhado. Além desse fator, tem-se ainda a diversidade na legislação tributária, administrativa, trabalhista, comercial, de concorrência e de regulação no exercício de profissões e circulação de capitais, e também as diferenças entre as moedas correntes. Essas diferenças devem ser objetos de estudos e trabalhos dedicados a um fortalecimento de uma união comum dos países membros nessas áreas, com uma possível união dessas políticas em torno de um Ministério ou Banco Central que delegue funções aos membros e organize o bloco econômico, havendo uma maior certeza de unificação pacífica entre economia e sociedade dos membros.

As diferenças econômicas entre os membros do Mercosul devem projetar uma visão otimista para aplicação adequada dos recursos econômicos e exigem sacrifícios da esfera econômica dos Estados mais fortes: Brasil e Argentina. No entanto, com a conformação e adequação econômica, todos os membros tendem a se beneficiar, aumentando as relações comerciais, econômicas e sociais.

Em relação à adaptação das normas, mecanismos e com relação à aceitação da integração pelos diversos setores sociais, deve-se buscar maneiras de estruturar o acesso às informações pelos diferentes estratos sociais e garantir que o desenvolvimento do bloco seja conjuntural, com esforço político e econômico de maneira a avaliar, e subsequentemente estruturar um projeto de integração com base no crescimento sustentável das economias mais fragilizadas.

1.2.3 Objetivos do Processo de Integração Econômica

Primordialmente, a busca da integração econômica tem como base o aumento das relações econômicas como forma de promover entre os membros de um projeto de integração uma melhora no bem-estar dos povos. [16] A sua importância vai desde a elevação do intercâmbio de mercadorias, tecnologias e profissionais à gradual eliminação das tarifas cambiais.

A estratégia adotada pelos países sul-americanos adota a livre circulação de bens, serviços e capitais, além da relação harmônica com países de fora do bloco. Esse aprimoramento das relações entre os países do bloco tem como horizonte uma maior inserção econômica e política no cenário internacional, e fundamentalmente a melhoria do bem-estar social e crescimento econômico.

Os processos de integração[17] constituem opção para consolidar o mercado regional, integrar as cadeias produtivas, impulsionar a competitividade das empresas, promover o intercâmbio de conhecimento tecnológico e científico e conquistar uma melhor inserção na

16 BALASSA, Bela. Teoria da Integração Econômica. 2ª edição. Lisboa, LCE, 1961,

17 http://en.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=viem&id=977&itemid=1309

economia internacional. Além disso, a integração constitui um valioso instrumento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Os resultados dessas negociações têm importância não apenas dos pontos de vista econômico e comercial, mas também do ponto de vista político e social.

O processo integracionista não é simples de ser constituído. Como bem descrito, é uma forma de adequação em que os objetivos econômicos, políticos e estratégicos são moldados por interesses comuns entre os Estados que possuem interesses comuns. Para estruturar um processo integracionista é preciso interesse recíproco das partes, não apenas nas questões de mercado e comerciais, mas no âmbito social, cultural e político. É necessário que haja interesse mútuo na formação de uma estrutura de produção, investimento em especialização tecnológica e, sobretudo, um amadurecimento ou fortalecimento das relações políticas entre os membros, visto que se exige cada dia mais um amadurecimento das relações políticas para aperfeiçoamento das etapas integracionistas que possivelmente podem acarretar em uma melhora nas relações comerciais e diplomáticas, além de favorecer a formação de um consciente coletivo com objetivo de reduzir gradativamente as disparidades diversas. Nesse sentido, conclui-se que a integração pressupõe, em todas as suas formas, um engajamento e envolvimento político dos Estados.

O objetivo primordial de uma integração econômica[18] é aumentar e fortalecer a economia e as relações entre países-membros. Com o fortalecimento das suas economias, emerge naturalmente a tendência a formar ou consolidar um bloco regional. O Objetivo principal que se pretende atingir com a formação dos blocos é substituir a concorrência entre nações pela concorrência entre regiões, geralmente ocasionando em aumento do mercado consumidor. Dessa maneira, a integração fortalece os países em desenvolvimento que se beneficiam entre si trazendo vantagens comerciais para os mesmos.

Nesse âmbito, cria-se uma atmosfera em que o fortalecimento conjunto dos emergentes permite a esses, de maneira quase igualitária, enfrentar as economias mais desenvolvidas ou que tenham um desenvolvimento industrial avançado com crescimento econômico e cooperação multilateral de soluções de interesses dos membros. Já a integração econômica

18 Figueiras, Marco Simão; Mercosul no contexto latino-americano – 2 ed.rev., ampl e atual. São Paulo ; Atlas,1996.

exige harmonização progressiva das legislações nacionais, de maneira a harmonizar o direito e uniformizar uma jurisdição supranacional e tem como principal fator de interesse as economias dos países que almejam alavancar suas economias.

1.3 Etapas do Processo de Integração Econômica Regional

Segundo o autor Bela Balassa (1961), o processo de integração pode se revestir de diferentes formas traduzindo diferentes graus de integração. Para o autor, a integração econômica se reveste de várias formas que traduzem diferentes graus de integração. Classificam-se nas seguintes formas definidas a seguir:

- ***Zona de Preferências Tarifárias ou Acordos de Cooperação Comercial***
- ***Zona de Livre Comércio***
- ***União Aduaneira***
- ***Mercado Comum***
- ***União Econômica***
- ***Integração Econômica Total ou União Monetária***
- ***União Política***

- **Zona de Preferências Tarifárias ou Acordos de Cooperação Comercial**

A etapa inicial de uma integração econômica consiste na adoção entre dois ou mais países de tarifas preferenciais que se caracterizam pela eliminação parcial das barreiras alfandegárias em forma de concessão mútua (ou não), com ou sem fixação de cotas de importação. As tarifas cobradas entre os membros são inferiores às cobradas por países não-membros. Essa diferença entre as tarifas cobradas entre os membros e as de terceiros dá-se o nome de margem de preferência. Um exemplo típico dessa forma de integração é a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) que criava concessão de tarifas preferenciais entre seus membros.

- **Zona de Livre Comércio**

A zona de livre comércio é a primeira fase implementada do processo de integração econômica e pode ser definida como " *um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e as outras regulamentações comerciais restritivas(...) são eliminadas para o essencial das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre comércio*"[19]

É caracterizada, portanto pela busca da eliminação de barreiras tarifárias e quantitativas à livre circulação de mercadorias dentro do território correspondente do bloco econômico.

A eliminação total das barreiras alfandegárias e quantitativas deve ser gradual, respeitando a adequação econômica gradual dos Estados-Membros em função dos desníveis econômicos dos países membros de uma zona de livre comércio. De acordo com a teoria da integração, essa etapa permite aos países membros fixar regras de proteção aduaneira no comércio com terceiros países, mas não permite a possibilidade de produtos importados de países terceiros circularem livremente pelo território da zona, trazendo dificuldades em relação à necessidade de criação de mecanismos para a definição da origem desses produtos.

Dessa forma, a livre circulação de mercadorias entre Estados-Membros pressupõe a existência de uma estrutura de manutenção aduaneira eficaz e ativa. Além desse entrave, existe o problema da certificação na determinação da origem dos produtos, em razão da variabilidade de matérias-primas e componentes importados que entram em sua composição.

Essa forma de integração tem como principal problema, [20]a manutenção dos direitos individuais dos Estados em estabelecer e modificar suas políticas comerciais, tanto para as uniões aduaneiras quanto para as zonas de livre comércio. Essa liberdade de ação comercial pode significar um entrave econômico, visto que, podem surgir entre Estados desvios de

19 GATT, artigo XXIV, §8°, b.

20 BALASSA, Bela. Teoria da Integração Económica. 2ª edição. Lisboa, LCE, 1961,

comércio, de produção e de investimentos. Assim sendo, na evolução das políticas comerciais e nos direitos individuais dos Estados, faz-se necessário um amplo estudo de adequação das medidas tarifárias, assegurando a sua fiscalização e aplicação de uma legislação penal internacional para evitar desvios de comércio e assegurar a integridade do comércio internacional.

- **União Aduaneira**

O estabelecimento de uma União Aduaneira implica, além da supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias e fatores produtivos no interior da União, à igualização dos direitos em relação ao comércio com países não-membros e acréscimo de uma Tarifa Externa Comum (TEC), que dispensa o controle da origem dos produtos, se interno ou importado, não exigindo a criação de uma estrutura alfandegária de controle de origem.

O funcionamento da União requer harmonização dos instrumentos de política, comercial, fiscal, financeira e trabalhista e de previdência social tanto entre membros quanto para terceiros. São exemplos: a Comunidade Econômica Europeia (1992) e Mercosul, que ainda é uma União Aduaneira Incompleta (1995).

- **Mercado Comum**

Num mercado comum atinge-se uma forma bem elevada de integração econômica, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos quais sejam: mercadorias, serviços, capital e pessoas.

Também se faz necessária a coordenação de políticas macroeconômicas dos países que compõe o bloco nos âmbitos: fiscal, cambial e monetário. Além da adequação das legislações comuns como as normas trabalhistas, previdenciárias, regulação de capital, proteção aos investidores, regulação de concorrência entre outras.

Para se ter uma ideia de quão trabalhoso para os Estados do ponto de vista de comprometimento com a integração, hoje a implantação de um mercado comum, só foi concluída pela Comunidade Europeia, que efetivou a livre circulação de mercadorias e uma tarifa externa comum (TEC), estabeleceu elementos de política comercial comum, regulou a

livre circulação dos fatores de produção e pessoas intrabloco, livre circulação de capitais, liberdade de estabelecimento entre produtores e comerciantes, livre prestação de serviços por empresas e pessoas físicas e também políticas comuns nas áreas econômica e social.

Fazendo uma pequena comparação, o Mercosul foi planejado para atingir esse grau de integração e caminha nesse sentido. Os fatores econômicos, sociais e culturais e de produção formam um conjunto e uma meta a ser atingida. Esse conjunto significa mais união, cultura, desenvolvimento, investimento, no entanto, o Mercado comum não é um objetivo fim do Mercosul, que poderá, com o desenvolvimento da integração atingir patamares mais altos como a União Econômica e Política.

- **União Econômica**

Uma União Econômica distingue-se por associar à etapa anterior, mercado comum à necessidade de harmonização das legislações nacionais com incidência no sistema econômico, harmonizar ainda o direito societário, a legislação tributária, aduaneira e coordenar as políticas financeiras e monetárias dos membros.

Essa etapa exige a integração ou substituição de políticas nacionais dos países membros, que devem estar em conformidade ou que interfiram no domínio econômico (política agrícola, industrial, energética, transporte, social e de meio ambiente) por regras e políticas comuns ao bloco.

Na medida em que a harmonização de políticas de Estado se altera, os Estados devem procurar estabelecer uma autoridade supranacional, com vistas a resolver, no contexto internacional disputas arbitrárias e comerciais. Essa é a característica principal dessa forma de União. Porém com a perda de soberania nacional, na gestão de determinadas políticas cambiais, haverá maior dificuldade para a conversibilidade monetária intrabloco.

A adoção dessas medidas implica uma união econômica e a transformação de mercados nacionais em um único mercado, requerendo além da livre circulação de mercadorias e fatores de produção, a garantia de que dentro do bloco haverá liberdade igualitária na distribuição, produção e consumo.

- **Integração Econômica Total/ União Monetária**

A integração econômica total pressupõe, afora as condições anteriormente citadas da união econômica, a unificação das políticas monetárias, fiscais e sociais, significando perda de autonomia dos Estados nacionais, exigindo assim, o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados-Membros na aplicação de políticas comuns. Dispõe ainda a respeito da criação de uma moeda e Banco Central únicos, independentes dos Estados na gestão da política econômica e monetária.

Entretanto, esse tipo de integração não implica necessariamente a existência de uma moeda única, emitida por um Banco Central do bloco, apesar da inegável facilidade que provoca uma moeda única no âmbito de um bloco econômico: operações de troca, mercado, comércio.

- **União Política**

Essa é a forma de integração mais avançada. Ainda não há no cenário internacional um bloco econômico que tenha alcançado o ponto de constituir uma união econômica e evoluído ao ponto de confraternizar um tipo de política externa comum (comercial ou de defesa). Esse tipo de integração [21] caracteriza-se pela instituição de uma Federação de Estados com autoridade política unificada ou existência de uma confederação política supranacional. Um exemplo precário dessa forma de integração foi a unificação da Itália e da Alemanha no início do Século XIX.

1.4 Integração Regional no Contexto Latino-Americano

O processo de integração na América Latina inicia-se em 1941, quando Brasil e Argentina fazem as primeiras negociações para estabelecer uma união aduaneira. Em função do contexto internacional conturbado pela segunda guerra mundial e de diferenças políticas e diplomáticas, as negociações não obtiveram êxito. Já no contexto europeu em 1944, começava a aparecer no cenário europeu os primeiros mercados comuns: BENELUX ;União Aduaneira entre Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.

21 LAFER, Celso. Comércio Internacional, Multilateralismo e Regionalismo: Temas Emergentes e Novas Direções. Política Externa. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 51. 1996 apud D'ANGELIS, Wagner Rocha, op cit,p.27.

Em 1947 surge o GATT: General Agreement on Tarrifs and Trade, isto é, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio criado em HAVANA na Conferência de Comércio e Emprego das Nações Unidas. Em 1948 é criada a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) da Organização das Nações Unidas (ONU) defendendo a integração para a América Latina pelo processo de substituição de importações. Entre 1950 e 1953, surge uma nova tentativa de aproximação, descartada pela rivalidade Brasil-Argentina. Já em 1957, assina-se o Tratado de Roma, retornando o interesse brasileiro de integração no cone-sul. No ano seguinte (1958) nasce a "Operação Pan-americana" com objetivo de integração econômica e reaproximação do Brasil-Argentina.

A ALALC é criada em 1960 com objetivo de formar uma Zona de Livre Comércio, seguindo as normas propostas do GATT. Esse processo de integração é afetado pelos regimes militares e o ultranacionalismo. Nessa década o processo fica estagnado e o bloco rompe em 1969 com o bloco andino.

Já a ALADI, surge em 1980 permitindo uma maior evolução das negociações internacionais e avanço do processo integracionista e em 1985 inicia-se de maneira definitiva a aproximação Brasil-Argentina, com a assinatura da Declaração de Iguaçu pela qual se declarou a "a firme vontade de acelerar o processo de integração bilateral" com a assinatura da "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear"

Em 1988, Brasil e Argentina assinam o "Tratado de integração, cooperação e desenvolvimento" no intuito de consolidar a integração e estabelecer uma união aduaneira e em um prazo de dez anos, estabelecer um Mercado Comum. Em 1990, os presidentes da Argentina e do Brasil assinam a "Ata de Buenos Aires" com projeto de formar um mercado comum até 31 de dezembro de 1994.

Na história da integração entre os países membros do Mercosul, é preciso lembrar que as diferenças de nível econômico, social, de mercado, cultural e mesmo de dimensão entre os países dificultam o aprofundamento da instituição sobremaneira. Ainda que existam maneiras de se solucionar esse desequilíbrio é fundamental que haja incentivo político e econômico no intuito de agregar e transformar o ideal integracionista em um amplo conjunto de fatores que aproximam e interagem efetivamente entre os países membros, porém a dificuldade do

trabalho de relacionar as dificuldades da integração dos membros do Mercosul, vai além das dificuldades teóricas e históricas.

As dúvidas e incertezas mostram que há escassez dos resultados apurados em função do pequeno número de medições e estudos sendo feitos. Para melhor determinação do trabalho examinaremos a formação do espaço de integração pelo aspecto econômico. A tendência mundial é de que a liberalização do comércio, ainda que lenta e gradual, representa um desafio na esfera mundial, visto que ainda há um sentimento de frustração em relação ao antigo regionalismo, assim sendo, conclui-se que o processo de integração na esfera da economia mundial não progride conforme o real interesse das nações.

O processo de formação,[22] aproximação, cooperação entre os países envolve uma série de interesses que vão muito além da esfera econômica. No processo de integração da América Latina, a formação de um ideal de aproximação entre Brasil e Argentina demorou em torno de quarenta anos para se concretizar em forma de bloco econômico. Inicialmente a aproximação de 1941 prolongou-se até a formação do Mercado Comum do Sul, em 1991.

Essa necessidade de aproximação em busca de soluções para os problemas dos países latinos iniciou-se com Simón Bolívar, que procurava um maior envolvimento político e cultural. Já o foco econômico surgiu após a crise dos anos 70, marcada pela ruptura do padrão monetário e a crise do petróleo afetando a integração na Europa, na América Latina e no Terceiro Mundo.

Uma convergência dos teóricos[23] da Teoria da Integração ocorre apenas com o fim da ditadura militar e início do processo democrático nos países latino americanos. No início dos anos 90 formulou-se a idéia de que os atores deveriam compartilhar interesses percepções e necessidades, usando a negociação para atingir objetivos específicos dos países.

O surgimento da negociação no cenário internacional e a necessidade de convergência e busca por interesses aproximou sobremaneira os países, que tem como ideal para estruturar um desenvolvimento econômico e político. Essa aproximação política e econômica na região

22 Mercosul: livre circulação de mercadorias./ Celso Maran de Oliveira/ Curitiba: Juruá, 2002

23 Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul/ Alcides Costa Vaz – Brasília: IBRI, 2002 308p.

ocorreu inicialmente como resultado de uma aproximação bilateral entre Brasil e Argentina desencadeando uma marcha de aproximação estratégica dos demais países da região.

Essa aproximação resultou na formação do Mercosul, assinado em 26 de março de 1991. Contando inicialmente com Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Consolidou um objetivo histórico de aproximação e como uma forma de atingir maiores objetivos econômicos sociais e culturais.

Capitulo 2 – Mercosul

2 Perspectiva Histórica da Integração Regional e Construção do Ideal Integracionista.

O regionalismo econômico[24] define o sistema internacional contemporâneo na medida em que a sua evolução amplia as mais diversas formas de relação entre os Estados. Essa tendência cooperativista iniciou-se nos anos cinquenta, com o início da Comunidade econômica Europeia e ganhou força em meados dos anos oitenta, abrindo oportunidades nos campos político, econômico e social no contexto internacional.

A integração e o regionalismo ganham força após os anos 50 em razão do contexto internacional político e estratégico caracterizado pelo sistema bipolar mundial, pela disputa de poder além da corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética. A integração divide-se em duas vertentes: uma com base nos valores e visões comuns da política e a segunda por base no mecanismo de coerção do Estado pelo uso da força. Dessa forma a origem integracionista está ligada também à promoção da segurança dos Estados auxiliando na diminuição do número de conflitos regionais.

O processo distingue-se no plano conceitual em *condição*, algo realizado e tratado de maneira empírica e *processo*, que se desenvolve no tempo e se projeta à frente do tempo. Segundo Carl Deutsch,[25] a integração é a existência de um sentido de comunidade, de instituições e de práticas criadas sobre a base de mudanças pacíficas da comunidade política. Em resumo, seria um conceito de integração, a transferência de lealdade, expectativas e atividades politicas de um novo centro de poder.

Já em meados[26] dos anos 80, quando a integração voltou a despertar o interesse político e acadêmico, surge uma aproximação entre Brasil e Argentina com a ideia de construir um bloco econômico onde houvesse uma construção de continuidade dos projetos anteriormente

---

24 Vaz, Alcides Costa; Cooperação, integração e processo negociador; a construção do Mercosul Brasília : IBRI, 2002 pág 23,29

25 www.mre.gov.br

26 Vaz, Alcides Costa; Cooperação, integração e processo negociador; a construção do Mercosul Brasília : IBRI, 2002 pág 23,29

formados, como ALALC e ALADI, o Mercado Comum Centro Americano e o Pacto Andino que representam as principais tentativas de integração regional no continente sul-americano.

Desde então houve proliferação das iniciativas de integração com base em acordos comerciais. Dessa maneira o Brasil moveu-se no sentido integracionista. Brasil e Argentina mantiveram maior diálogo em meados dos anos 80, com vistas a interesses, objetivos e prioridades comuns entre as partes criando uma convergência em torno da consolidação da democracia. Os Presidentes do Brasil, José Sarney e Argentina, Raúl Alfonsin começaram a elaborar as alterações necessárias de forma a adaptarem-se as condições internacionais politicas e econômicas.

A parceria Brasil-Argentina, iniciada em 1979 e impulsionada em 1985 com a Ata de Iguaçu, refletia a convergência política em torno do projeto de consolidar a democracia sul-americana de definir a política regional e viabilizar a inserção externa.

As transformações na América Latina foram acompanhadas por mudanças no contexto tanto interno, no regime político e econômico dos países, quanto no cenário internacional nos níveis econômico, comercial e tecnológico.

No atual contexto integracionista, os países latinos resolveram assinar um acordo-quadro que instituiu o Mercosul como bloco econômico sul-americano. Reunindo inicialmente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai nos moldes de uma zona de preferencias tarifárias foi assinado em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção. Este considerado o instrumento jurídico fundamental do Mercosul que define os objetivos e os mecanismos que apontam a direção para que os países membros ampliem seus mercados regionais e estabeleçam um amplo espaço econômico.

O tratado de Assunção é amplo e complementado por instrumentos adicionais negociados pelos estados partes na medida em que avança o processo de integração. O tratado estabelece a formação de uma União Aduaneira entre os Estados-Membros até 1994, caminhando no sentido de formação de um Mercado Comum.

2.1 origem do MERCOSUL

2.1.1 ALALC

Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC)[27] criada em 1960, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, foi inspirada no Tratado de Roma de 1957 e tinha por intenção criar no âmbito de toda América Latina, no prazo de doze anos, uma Zona de Livre Comércio entre seus membros. Formada inicialmente por Argentina, Peru, México, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai o bloco enfrentou dificuldades políticas e econômicas em função da ditadura nos países sul-americanos a partir de 1964.

Os regimes impunham um ultranacionalismo que não condizia com os objetivos de integração da época seguido do ideal de substituição de importações por industrialização crescente. Além da crise do petróleo e dos interesses conflitantes entre desenvolvimentistas (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) e comercialistas (Argentina, Brasil e México). Porém, entre 1964 e 1969, o processo integracionista almejado com a criação da ALAC fica estagnado e consegue uma maior expansão apenas em 1970, aderindo novos membros: Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

Além desses fatores, o caráter essencialmente comercialista da ALAC deveria ser complementado com um conjunto de novas ideias que viabilizassem não apenas a ampliação de mercados, mas também o desenvolvimento de ações positivas e uma maior complementação econômica.

Esses fatores geraram diferenças políticas e econômicas que abateram o contexto integracionista de cunho essencialmente comercial, ocorrendo uma necessidade de adaptação e adequação aos países de menor desenvolvimento econômico.

2.1.2 ALADI

A Associação Latino-Americana de Integração – ALADI [28] foi instituída pelo Tratado de Montevidéu em 12 de agosto de 1980, incorporado ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Legislativo nº 66, de 16/11/1981, para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio –

27 www.itamaraty.gov.br

28http://www.aladi.org/nsfaladi/preguntasfrecuentes.nsf/009c98144e0151fb03256ebe005e795d/cf2ded02ef8e4a6c03256ed100613e5d?OpenDocument

ALALC. Este processo visa à implantação, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano, caracterizado principalmente pela adoção de preferências tarifárias e pela eliminação de restrições não-tarifárias.

O objetivo amplo de promoção e regulamentação do comércio recíproco, complementação econômica e desenvolvimento de ações de cooperação edificam e possibilitam a ampliação de mercados de uma maneira em que as diferenças econômicas e de desenvolvimento entre os membros acarreta em tratamentos distintos, com normas adequadas caso a caso.

Sendo um sistema aberto, criou-se uma grande vantagem frente à ALALC pois esta permitia muito mais liberdade aos Estados-Membros. Além de buscar assegurar os seguintes princípios: pluralismo, convergência, flexibilidade, multiplicidade e tratamento diferenciado. Respeitando a heterogeneidade sul-americana no sentido de promover a integração.

2.2 O Tratado de Assunção – Aspectos primordiais

O Tratado de Assunção [29]é o instrumento jurídico do Mercosul composto por um conjunto de normas elaboradas em um texto principal e cinco anexos, que são divididos, respectivamente em: Propósitos, Princípios e Instrumentos, Estrutura Orgânica, Vigência, Adesão, Denúncia e Princípios Gerais. Cinco anexos: Programa de Liberação Comercial, Regime Geral de Origem, Solução de Controvérsias, Cláusulas de Salvaguarda, Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum.

Também chamado de "Acordo-Marco", o acordo contém a base, o caminho, o procedimento , a forma e o conteúdo para se atingir o objetivo de constituir o mercado comum, tem o caráter transitório que permite adequação dos Estados-partes, o princípio do tratamento diferenciado, obrigatório nos tratados firmados no âmbito da Aladi, a determinação da estrutura institucional definitiva e tem nos seus cinco primeiros artigos, o conceito e a natureza do Mercado Comum: Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os membros, Estabelecimento da tarifa alfandegária comum, coordenação de políticas macro-

29 Vaz, Alcides Costa; Cooperação, integração e processo negociador; a construção do Mercosul Brasília : IBRI,2002

econômicas entre os países, harmonização das legislações respectivas, adoção de política comercial unificada.

Como visto, o Tratado de Assunção enquadra-se pelas suas características em um acordo de Integração Econômica Misto, pois permite adesão de novos membros vinculada à manifestação favorável dos Estados-partes. Ainda prevê a compatibilidade do Mercosul com outras zonas de livre comércio por meio de consultas entre os países nas negociações de formação de zonas de livre comércio, com os demais membros da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração)

2.2.1 Objetivos do Tratado de Assunção

A inserção competitiva dos países no comércio internacional através dos blocos regionais, a viabilização de economias de escala, permitindo aos países-membros ganhos com produtividade, ampliar a rede de comércio e investimento, promover abertura econômica regional favorecendo a integração regional além da melhoria das condições de vida dos habitantes da região, são objetivos basilares deste Tratado. Este prevê ainda o eficaz aproveitamento dos recursos disponíveis, preservação do meio ambiente, melhoria das interconexões físicas, coordenação de políticas macroeconômicas, complementação dos diferentes setores da economia, promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e a modernização das economias.

2.2.2 Os Princípios do Tratado de Assunção

Os princípios devem ser respeitados pelos membros quais sejam as gradualidades, o que significa que o Mercado Comum irá se conformando através de sucessivas etapas, evitando assim distorções de grandes proporções econômicas entre os membros. O princípio da flexibilidade implica em reconhecer impossibilidade de prever todas as situações que a realidade pode apresentar e a necessidade de adaptar-se a elas. O equilíbrio importa distribuir o custo econômico e social. O mais importante é o princípio do tratamento diferenciado, obrigatório em todos os tratados firmados no âmbito da ALADI, pois reconhece, as diferenças de ritmo econômico entre o Paraguai, Uruguai e demais membros do Mercosul.

2.2.3 O Protocolo de Outro Preto

A assinatura deste protocolo adicional[30] ao corpo do bloco, em 17 de dezembro de 1994, deu-se em virtude da necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas com a implementação da união aduaneira e da necessidade da existência de um sistema de solução de controvérsias, aplicáveis aos países membros.

O artigo 34 confere ao bloco personalidade jurídica de Direito Internacional[31] e define os seguintes órgãos da estrutura institucional: Conselho do Mercado Comum, Grupo do Mercado Comum, Comissões de Comércio do Mercosul, Comissão Parlamentar Conjunta, Foro Consultivo Econômico-Social, Secretaria Administrativa.

Ainda que de suma importância para a consolidação do Mercosul, o instrumento jurídico do bloco carece de critérios descentralizadores para nomear membros da Comissão de Comércio, falta também uma elaboração mais detalhada do regulamento interno. Um exemplo pode ser a necessidade do bloco em descentralizar o controle externo da Comissão de Comércio, que fica nas mãos de uma coordenação do Ministério das Relações Exteriores. Esse fato acarreta na busca de benefícios privados para alguns membros e organizações podendo vir a atrapalhar o descumprimento de premissas comerciais, prejudicando o interesse público do Bloco Econômico.

Um outro problema a ser mencionado, é a fragilidade e a discricionariedade do regulamento, que podem vir a ser regidos pela normativa geral do Mercosul. Dessa maneira podemos avaliar como sensíveis algumas áreas do bloco, como a Comissão de Comércio: submetida a uma secretaria. É preciso ampliar o horizonte de responsabilização das secretarias do bloco.

2.2.4 Objetivos do MERCOSUL

A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai[32] assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul - Mercosul. O objetivo primordial

30 Vaz, Alcides Costa; Cooperação, integração e processo negociador; a construção do Mercosul Brasília : IBRI, 2002

31 Mercosul : das negociações à implantação / organizadors Luis Olavo Baptista, Araminta de Azevedo Mercadante, Paulo Borba Casella. - 2ª ed. - São Paulo : Ltr, 1998.

32 Site: http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul

do Tratado é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do Mercosul e o caracteriza como pessoa jurídica de direito internacional.

O Mercosul não se esgota em um projeto econômico, é concretizado em busca de uma "maior justiça social" nos países sul-americanos. Hoje é possível reconhecer que com o desenvolvimento tecnológico e com o avanço da Globalização, o Mercosul tem avançado significativamente. Se comparado com a União Europeia, o estágio atual do Mercosul está a frente dentro do limite do tempo de consolidação dos dois blocos econômicos.

2.3 O Papel Político Internacional do Mercosul

O Mercosul é apresentado nos dias atuais em discursos e artigos acadêmicos como instrumento político do Brasil e da Argentina, na busca de defender e promover seus interesses no âmbito internacional. De maneira evidente, a importância do papel político do Mercosul assume o tamanho do seu produto, população e território mas também da falta de ação política que atrapalha a estratégia e a tática de atuação no sistema internacional.

Muito além do desejo positivo de consolidar o Mercosul, deve-se avaliar o ambiente externo e doméstico onde se pretende construir a base de ação política do bloco, marcado atualmente por: instabilidade econômica, política, tensões militares, subdesenvolvimento e aumento da periferia entre os membros e nos demais países da América Latina.

Como visto acima, a situação da América do Sul está cercada de características negativas que atrapalham a estratégia de alinhamento político. Tudo isso associado às relações políticas externas, vem a esclarecer dificuldades e define desafios que impõem metas para o estabelecimento do Mercosul e sua adequação a um cenário internacional cada dia mais competitivo.

Uma grande dificuldade atual refere-se aos diversos tipos de abordagens e enfoques relativos ao Mercosul. O primeiro, institucionalista dá ênfase a importância das organizações

burocráticas e regulamentos formais como instrumentos necessários à dinâmica do processo de integração.

O aspecto comercialista, vê na redução de barreiras comerciais[33] uma ampliação das vantagens adquiridas e um processo de ampliação e desenvolvimento do bloco. Outro enfoque é o geopolítico que enxerga integração como estratégia regional de independência em relação à estratégia hegemônica dos Estados Unidos, ampliando-se o horizonte à União Europeia. Outro ponto de vista é o aproveitamento da estrutura física da bacia do prata e a sua produtividade como forma de irradiar o projeto do cone sul. O aspecto sociocultural pode vir a unir e até mesmo unificar as culturas latino-americanas.

Como visto, a expansão do enfoque puramente comercial para os aspectos que incluem direito comunitário com enfoque cultural e holístico, expressam que a dimensão e a importância do Mercosul sobressaem às afirmações simplistas a respeito de uma maior inserção dos países latinos no cenário internacional e de ganho puramente comercial.

A integração é vista atualmente com um enfoque mais amplo, cultural e institucional de caráter orgânico e funcional. Porém o bloco ainda conta com um limitado corpo institucional, que enfrenta as dificuldades nos seus mais diversos setores. Uma ampliação do institucional Mercosul, com foco na harmonização entre as legislações dos Países-Membros é um desafio para os países-membros que, caso concluído com sucesso, irá estimular de maneira progressiva a integração latino-americana.

2.4 A Estrutura institucional do Mercosul

- **Conselho do Mercado Comum (CMC)**

O Conselho do Mercado Comum[34] é o órgão supremo que tem como função primordial a condução política do processo integracionista e a tomada de decisões no intuito de alcançar os objetivos traçados no Tratado de Assunção. É composto por Ministros das

33 Mercosul: Legislação e Textos Básicos/ Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – Seção Brasileira e Ministério das Relações Exteriores Senado Federal Brasília [2000] – 3° Edição

34 MERCOSUL, Protocolo de Ouro Preto, 1994, artigo 8.

Relações Exteriores e da economia dos Estados-Membros e se reúne uma vez por semestre e sempre que há necessidade.

Este tem várias funções garantidas no artigo 8°, do protocolo de ouro preto, as quais: Garantir a continuidade política do Mercosul, tomar decisões necessárias para cumprir o Tratado de Assunção, estabelecer orientações e regras ao bloco, reunir ministros, criar, modificar ou extinguir órgãos, exercer titularidade da personalidade jurídica do Mercosul além de firmar e negociar acordos internacionais.

Quanto à forma é o órgão pluripessoal ou colegiado, pois se integram diversas vontades e atuam corporativamente. Em termos de competência, o seu âmbito espacial é o dos Estados-partes, os órgãos só podem atuar para o cumprimento dos fins que motivaram a sua criação: integração. Entre várias decisões, o Conselho criou as reuniões de ministros das diversas áreas para considerar assuntos relacionados com o Tratado nas suas áreas.

- **Grupo Mercado Comum (GMC)**

É o órgão de caráter intergovernamental, decisório e executivo responsável por fixar os programas de trabalho, e de negociar acordos com terceiros em nome do bloco. Deve velar pelo cumprimento do Tratado e tem a função de apoiar o Conselho nas decisões executivas. O Grupo se pronuncia através de resoluções e está integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, de economia e dos bancos centrais dos Estados-Membros.

O Grupo Mercado Comum, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituirá, no prazo de 30 dias após sua instalação os seguintes Subgrupos de Trabalho:1. Assuntos Comerciais 2.Assuntos Aduaneiros 3. Normas Técnicas 4. Política fiscal e monetária relacionadas ao comércio 5.Transporte terrestre 6. Transporte marítimo 7.Política industrial e tecnológica 8. Política agrícola 9. Política energética 10. Coordenação de políticas macroeconômicas 11. Relações trabalhistas, emprego e seguridade social.

- **Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)**

É o órgão encarregado de assistir o Grupo do Mercado Comum, compete zelar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum dos Estados Partes para o

funcionamento da União Aduaneira bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países. É integrada por quatro membros alternos e coordenado pelo Ministérios das Relações exteriores.

- **Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)**

É o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul. É integrada pelo igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes e seus integrantes são designados pelos respectivos parlamentos nacionais.

A Comissão procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para que se dê a entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul. Auxiliar na busca de harmonização das legislações, elaborar regimento interno e analisar temas prioritários quando requerido pelo Conselho do Mercado Comum.

- **Foro Consultivo Econômico-Social**

É o órgão de representação dos setores econômicos e sociais sendo integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte. Tem a função consultiva e manifesta-se quando requerido pelo Grupo do Mercado Comum. Tem regimento interno homologado e submetido ao GMC.

- **Secretaria Administrativa do MERCOSUL**

A secretaria funciona como um órgão de apoio operacional e é responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e tem sede em Montevidéu (Uruguai) e tem como atividades: Servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul, Publicar e difundir decisões do Bloco, realizar traduções autênticas para espanhol e português das decisões. Editar o Boletim Oficial do Mercosul

- **Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL**

É um órgão permanente do Conselho do Mercado Comum (CMC), integrado pelos estados partes do bloco econômico do Mercado Comum. Tem como função principal

apresentar iniciativas ao Conselho sobre temas relativos ao processo de integração, às negociações externas e à conformação do Mercado Comum. Essa Comissão criada em 2003 tem sede em Montevidéu.

O maior interesse dos países membros do Mercosul é de que seja mantido o sistema multipolar. Os americanos acreditam na teoria neoliberal em virtude de um amplo mercado internacional aberto, que será interessante para todos, pois haverá maximização de vantagens obtidas pelos países. Caso o contrário, um país que não seja competitivo em algum setor deverá fechar suas indústrias e transformá-las de acordo com o interesse do livre mercado.

Fica evidente que é improcedente discutir uma possível criação de uma área de livre comércio das Américas no contexto atual de consolidação dos mercados regionais. Outro motivo é o neoprotecionismo, que visa assegurar condições de melhor competitividade quando modernizados. O grande interesse na consolidação da Alca é americano, pois possuem grandes mercados deixando de criar empregos no próprio país vendendo produtos sem encargos aduaneiros.

A Legislação e os textos a respeito do [35] Mercosul dão ênfase à três vetores de fundamental importância no projeto integracionista, desde o seu surgimento até os dias atuais: Consolidação, Aprofundamento, Alargamento. A consolidação resulta no compromisso assumido pelos Estados partes no Tratado de Assunção de 1991, que constituiu o Mercosul e no protocolo de Ouro Preto, de 1994 que deu personalidade jurídica de direito internacional ao bloco econômico e estabeleceu a sua estrutura.

35 Mercosul: Legislação e Textos Básicos/ Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – Seção Brasileira e Ministério das Relações Exteriores Senado Federal Brasília [2000] – 3° Edição

Capitulo 3

POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

3 A formação de um bloco econômico que englobe todos os países da América Latina (Unasul)

A Unasul foi criada em Brasília, no dia 23 de maio de 2008 com base em dois pilares: A Comunidade Andina das Nações e o Mercosul. [36]Tem como objetivo integrar todos os países sul-americanos de maneira a aprofundar as relações entre os países membros desse novo bloco econômico. Inicialmente era chamada de CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações teve seu nome alterado para UNASUL.

A América do Sul é hoje um dos principais centros produtores e exportadores de alimentos e energia do mundo. Além disso, sabemos que a força econômica da região é enorme em termos de riquezas naturais, o que fortalece iniciativa de integrar as economias da região.

No acordo de estabelecimento da Unasul, ficou estabelecido entre os países integrantes que a integração continental deveria estabelecer objetivos obrigatórios aos Estados-Membros: Coordenação política, econômica e social da região.

Em maio de 2008, o bloco passou a ter personalidade política própria. Hoje o bloco tem o status de organismo internacional e conta com o entusiasmo dos seus países-membros para que os Governos interinos ratifiquem o acordo, que lançará efetivamente o bloco.

Porém questiona-se atualmente a viabilidade da conformação de uma União dos países sul-americanos. Diante das diferenças que marcam a região: social, cultural, econômica e política existe também a necessidade de viabilizar o crescimento dos fatores que ligam os países: transporte eficaz e uma forte estrutura de fiscalização fronteiriça.

Além desses que constroem uma barreira a integração real de todo continente avalia-se a possibilidade de contruir um bloco continental que venha a ter as mesmas bases e substitua o Mercosul. Essa possibilidade é muito pouco viável do ponto de vista econômico, político e social. Pois acentua-se com as diferenças culturais a real busca de um projeto macro de

36 Marcia Carmo. Entenda o que é a UNASUL. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u404782.shtml. Acessado em 01 de maio de 2009

alcance na sub-região. O esforço de aproximação integracionista seria enorme com disputas que resultam em impasses reais (econômicos e de interesses estatais) que atrasam o desenvolvimento do projeto macro podendo afetar diretamente o Mercosul e seus países membros comprometendo a estrutura conformada ao longo de anos.

Segundo a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, existem na América Latina cerca de 360 milhões de habitantes com um produto interno bruto de aproximadamente 2 trilhões e meio de dólares (2006). Entretanto as discrepâncias econômicas e regionais entre os membros são fatores que atrapalham a consolidação dos blocos regionais: Mercosul e Unasul. O Brasil obteve um PIB de 3.143 bilhões de reais em 2009 e uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes, enquanto que no Uruguai existem cerca de três milhões de habitantes.

Nesse amplo espaço geográfico, a que se pretende formar a UNASUL, as relações de integração entre países membros dos blocos têm como pilares algumas semelhanças culturais, jurídicas e possui dois idiomas oficiais (português e espanhol). A região também possui como característica positiva para concretizar os ideiais de aproximação, a busca e a manutenção da paz exorcizando o terrorismo, este que dificulta a aproximação no contexto internacional contemporâneo. Apesar dos conflitos e diferenças diplomáticas a região tem permanecido com menos conflitos, se comparado com a União Europeia.

Porém, com todos esses pontos positivos a favor da construção do ideal integracionista, existem diferenças econômicas e políticas substanciais entre os membros. É preciso citar que há enormes diferenças entre os interesses estatais para com a formação da UNASUL. Alguns países veem com a Unasul a oportunidade de integração dos povos da América Latina, outros almejam um maior envolvimento comercial, o Chile procura desenvolver sua infraestrutura. Essas diferenças são ainda mais acentuadas em virtude da falta de um objetivo de aproximação política que efetive a integração como objetivo primordial da integração sul americana. Esse impasse ainda representa uma enorme dificuldade para os países do Mercosul e representará uma dificuldade ainda maior na integração de 12 países.

Dessa maneira estabelece-se o desafio de prospectar as reais necessidades dos países membros do bloco. Aprofundar as relações de diálogo e aproximação afim de obter informações que auxiliem na construção desse novo ideal.

Um outro desafio será o de fortalecer a democracia no ambiente sul-americano como forma de aumentar a cooperação nos diversos setores evitando conflitos comerciais entre os membros. Além da necessidade de fortalecer as instituições democráticas, há ainda a necessidade de avançar nas negociações multilaterais.

As diferenças no contexto sub-regional são fatores que devem ser considerados e avaliados constantemente no contexto da UNASUL. A América Latina é um continente vasto e diversificado com diferentes estruturas econômicas e níveis de desenvolvimento, visões políticas além das diferentes concepções de integração. Além desses fatores, a geografia da região é difícil dificultando e aumentando os custos das comunicações e a livre circulação de bens e pessoas.

Há ainda dificuldades históricas de disputas por espaço territorial entre Chile e Peru, pendências no tribunal penal internacional, conflitos de soberania dos Estados com as FARC´s (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Porém por um lado, a formação do bloco econômico fortaleceria a redução de tensões na região dos países que firmarem o acordo. Um exemplo clássico ocorreu com a Europa, que por meio da União Europeia consolidou a diplomacia e o diálogo como forma de solução de disputas e controvérsias.

A Unasul como processo mais amplo de integração regional pode criar soluções conjuntas para as economias dos países de menor desenvolvimento. A atuação conjunta dos países favoreceria o desenvolvimento econômico, fortaleceria o controle das fronteiras na guerra contra o tráfico de drogas, viabilizaria a solução para as crises políticas da região.

Para a exploração do potencial econômico da região sul americana é necessário superar uma série de impedimentos. O principal empecilho ainda é representado pela necessidade de liberar o comércio de maneira ordenada na região. O que implica necessariamente na melhoria da infraestrutura física para que haja uma fluidez no comércio da região como um todo. Com o aprimoramento da relação comercial entre os membros do bloco, haverá uma maior inserção competitiva no comércio internacional e melhora do bem-estar econômico e social da região.

Hoje a globalização é um fato e vai permanecer. Da mesma maneira que a Globalização tem seus prós e seus contras, a integração é representada também por esse desafio. Porém a integração visa aumentar e fortalecer as relações comerciais na busca de um crescimento econômico dos países membros e conta ainda com a diplomacia, que busca a

construção de uma agenda positiva. Já a globalização exige um fortalecimento das instituições globais públicas de forma a fazê-la adequar-se aos diferentes contextos socioeconômicos da região sul-americana.

O foco central de qualquer região, que procura fortalecer a sua competitividade com a formação de blocos econômicos é saber quais são as bases da integração moderna e os instrumentos para conseguir viabilizá-las de maneira a adaptar a integração ao contexto contemporâneo. Fugindo do modelo antiquado caracterizado pelo cunho fundamentalmente comercialista dos anos 50. A perspectiva passa a ser outra, adequar o esquema de livre comércio e da concorrência, além de aumentar a capacidade e a complementaridade produtiva de cada um dos países membros.

3.1 A fragilidade democrática e econômica dos países sul-americanos como obstáculo à consolidação dos projetos de integração econômica

A história da democracia nos países sul-americanos é recente. Apenas depois de 1985, os países consolidaram o fim dos regimes autoritários e puderam almejar a concretização de ideias direcionadas para a integração dos Estados. Dessa maneira nasceu de acordo com as decisões referentes ao processo de integração dos blocos econômicos uma necessidade de adaptá-las aos objetivos estatais.

O conceito de democracia surgiu na Grécia antiga, nas cidades-estados consolidando-se como forma de governo e sistema político. Hoje a democracia tomou outras formas mais específicas com relação aos seus objetivos estatais. Subdividem-se em vários tipos os quais os mais importantes são: democracia direta, semidireta, indireta ou democracia representativa. De uma maneira geral, a maioria dos países sul-americanos escolheu como forma de governo a democracia representativa (Brasil), que consiste na escolha direta dos seus representantes políticos pelo povo, além da responsabilização dos governantes e temporariedade do mandato eletivo.

Essa recente história da evolução do processo de integração na América Latina representa ganhos e conquistas históricas em curto período, quando comparamos ao processo de formação da União Europeia. O esforço de integração ainda está em fase de aprofundamento e consolidação e exige permanente esforço do Governo e da sociedade civil para que se consolide de maneira exitosa.

Há alguns caminhos possíveis que teóricos entusiastas e estudiosos procuram como forma alternativa de seguir em frente com a construção do bloco econômico[37]. Esse processo é chamado de "brainstorming". No trabalho veremos como podem ser escolhidas três hipóteses as quais:

Deixar o Mercosul evoluir lentamente da maneira como vem acontecendo, administrando o "status quo". Essa alternativa pode parecer viável do ponto de vista histórico. O bloco, ainda que lentamente, evolui no sentido positivo de alcançar a formação de um mercado comum. Mas há muito, o bloco estagnou na condição de União Aduaneira incompleta. Com a crise econômica de 1998-1999, os países-membros do bloco passaram a adotar medidas unilaterais que vão de encontro aos princípios integracionistas.

Acordada em 1991, no contexto de redemocratização da América Latina e início da forte concorrência e disputa por mercados no âmbito internacional, a integração vista por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em torno de um interesse comum entre os Estados de busca pela estabilidade democrática fortaleceram a competitividade e o poder de negociação no âmbito internacional.

A crise do Mercosul atual permite que se visualize as deficiências que impedem o fortalecimento do bloco. Uma é a insegurança jurídica resultante da ausência de um tribunal permanente para o bloco, a baixa incorporação das regras de integração aos ordenamentos jurídicos nacionais.

Abandonar o projeto Mercosul, dando fim ao bloco econômico e iniciando as negociações bilaterais. Essa hipótese deve ser conjecturada, entretanto não possui uma força valorativa nos meios acadêmicos e diplomáticos em função do esforço histórico para a construção do bloco.

37 Grupo de Reflexión Prospectiva sobre el Mercosul – 2003/Clodoaldo Hugueney Filho e Carlos Henrique Cardim (org.) Preâmbulo de Clodoaldo Hugueney Filho – Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2003 Colección Países y Regiones. 496 p

3.2 Relançamento do Projeto de integração do Mercosul com foco na integração produtiva

O Mercosul, [38]tido como um dos principais projetos de integração deve ser discutido de maneira profunda. No contexto internacional de mudança de regime cambial na Argentina e do câmbio entre esses dois países atingiram patamares semelhantes, pode-se concluir que mesmo diante de desigualdades econômicas, os países possuem a habilidade de harmonizar os problemas no contexto do bloco econômico, demonstrando a sua força.

As atuais crises do bloco e também as crises internacionais nos fazem refletir a respeito de um possível futuro para a União Aduaneira latina. Uma possível alternativa ao momento de estagnação para as economias do Bloco seria o relançamento do projeto com foco na integração produtiva (2008). Um caminho difícil, pois gera muita discussão e investimento.

Com o relançamento do Mercosul com foco na integração produtiva, haveria necessidade de criar um novo compromisso de integração com mudança na agenda do bloco, reestruturação dos objetivos primordiais a serem alcançados e a criação de uma nova estrutura de governança do bloco. Exigindo-se também um maior comprometimento político na gerência do novo projeto integracionista e maior quantia de capital.

Além dessas necessidades, haveria ainda que estudar itens críticos da agenda do bloco, como a necessidade de reestruturar o sistema de solução de controvérsias por um mecanismo mais eficaz, eliminar as barreiras comerciais intrazona e aperfeiçoar os foros institucionais.

É um caminho que exige nova injeção dos recursos e cálculo do tempo gasto pelos chefes políticos e empresários nas negociações. Um fator negativo são os problemas internos dos países do Mercosul que impedem uma iniciativa reorganizadora dos presidentes. Inexiste no Brasil um discurso em torno de um desenvolvimento com base na abertura comercial e no protecionismo regional, na ampliação do mercado interno e no desenvolvimento de médio prazo.

38 Grupo de reflexión prospectiva sobre el mercosul – 2003 / Clodoaldo Hugueney Filho e Carlos Henrique Cardim (org); Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2003 colección Países y regiones 496 p

Tornando ainda mais difícil atingir um consenso sobre a reestruturação do Estado. Além desses fatores o bloco ainda carece de ações coordenadas para viabilização de fortalecimento da integração regional.

Há ainda, a falsa ideia concebida de que o Brasil atua no cenário internacional jogando apenas em busca de interesses próprios, de acordo com os interesses circunstanciais e puramente econômicos dos Estados Unidos e da União Europeia. Esse jogo favoreceu muito o país no contexto internacional de guerras, quando os objetivos eram apenas obter vantagens econômicas imediatistas e proteção.

Hoje, sabe-se que além da convergência entre os pólos de poder econômico da UE e dos Estados Unidos, existem diversas oportunidades que fortalecem o integracionismo e o comércio regional, cabendo aos membros projetar, construir, cooperar no sentido de que a integração pode traz benesses a longo prazo para os países de um bloco regional.

Em resumo, para relançar o mercosul é preciso reestruturar as metas de integração do bloco, centralizar os objetivos e converger posições antagônicas dos setores econômicos. É preciso racionalizar a proposta de relançamento do bloco. A crise interna dos países membros não deve ser motivo de desânimo, mas um estímulo para a criação de novos objetivos integracionistas. Um exemplo pode ser dado nos governos de Sarney e Alfonsín entre o ano de 1985, que diante de diversos problemas e consolidação da democracia, puderam enxergar dez anos a frente com o objetivo de estabelecer um Mercado Comum.

As bases devem ser reformuladas e o caminho conduzido até hoje deve ser reestruturado e repensado cuidadosamente. O principal mecanismo de ação inicial deverá ser na direção de governança do bloco. Os presidentes e governantes devem priorizar o trabalho estatal com foco na integração dos meios de comunicação, estrutura logística, energética, fortalecer comércio regional com o crescimento da economia interna do Estados nacionais, fortalecer a integração das cadeias produtivas em busca de promover ainda mais o desenvolvimento dos países. Dessa maneira deveria haver uma descentralização dos poderes nas mãos de pessoas competentes e capacitadas a gerir de maneira adequada e ativa, o processo integracionista. A sobrevivência do bloco integracionista e o seu fortalecimento depende basicamente da visão que os seus países tem do projeto e qual o destino que ele terá na formação da identidade do país.

No Brasil está assegurada a vontade de estabelecer um projeto de integração política, econômica, social e cultural na América Latina pela Constituição Federal de 1988 nos seus princípios fundamentais. A construção desse ideal integracionista pelo país e pelo Governo brasileiro e argentino explica do ponto de vista histórico e econômico, a liderança compartilhada. Porém a respeito dessa liderança no âmbito sub-regional (Mercosul) e regional (América Latina) pelo Brasil não condiz com a liderança compartilhada do bloco. Por razões históricas da política externa brasileira, a reação externa é moderada no papel de liderança internacional.

No contexto atual da política[39] externa com a quebra da economia Argentina, cabe ao Brasil assumir um papel mais atuante e propositivo das relações sub-regionais. Essa relação deve acentuar-se de maneira moderada para que não haja interpretações errôneas por parte dos demais países-membros.

A associação da Integração produtiva inter-regional com foco no Mercosul pode representar uma forma de alavancar o Mercosul pois aumenta o numero de oportunidades de formação comercial com parceiros regionais e globais.

As metas dessa união apresentam-se muito bem estudadas e compatíveis com o atual estágio de desenvolvimento econômico da região. Com foco na ampliação do empresariado e crescimento das pequenas e médias empresas, o projeto visa também aumentar em até 30% as verbas destinadas a projetos de integração produtiva.

3.3 A integração produtiva

Um caminho possível [40]que deve ser discutido é a efetiva implantação da integração produtiva na América Latina e no Caribe. Essa integração tem por objetivo ampliar a integração regional do Mercosul e da América Latina com foco no crescimento do comércio inter-regional, além de articular as estruturas produtivas do Mercosul e da América do Sul para ampliar o aproveitamento das oportunidades econômicas em mercados regionais e globais.

---

39 Grupo de reflexión prospectiva sobre el mercosul – 2003 / Clodoaldo Hugueney Filho e Carlos Henrique Cardim (org); Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2003 colección Países y regiones 496 p

40 http://www.pdp.gov.br

Os objetivos dessa Integração visam uma aproximação mais eficaz com aumento do número de empresas e investimentos nos países da América Latina e Caribe, busca também implantar projetos de integração e programas de apoio ao Mercosul e ainda criar um fundo de apoio a pequenas e médias empresas do Mercosul que participem de projetos de integração produtiva. É de fundamental importância para a consolidação desse sistema de integração que haja a criação de um sistema de monitoramento de comércio eficaz que tenha como objetivo coibir e punir eventuais tentativas de desvio de comércio.

As metas para atingir o objetivo de consolidar a integração produtiva na América Latina devem focar-se em uma ordem mais adequada de viabilidade da integração. As quais: Integração Logística, de comunicações, energética e produtiva. No esforço da integração a ordem desses fatores é de fundamental importância para o sucesso do projeto. Outro objetivo é o de incrementar as exportações de países sul americanos para o Brasil, valorizar e ampliar o comércio regional.

A integração produtiva representa um esforço de aproximação dos países latinos com intuito de cultivar as relações econômicas sub-regionais. O Mercosul deverá ter um papel fundamental na decisão das políticas voltadas para esse ideal integracionista, pois assume uma posição cada dia mais destacada na economia e na política do bloco.

Por fim, essa forma de integração apresenta-se como uma chave para viabilizar e tornar mais tangível as relações econômicas dos países sul americanos. Os objetivos se mostram mais palpáveis e adequados ao cenário econômico atual e devem em conjunto com os objetivos do Mercosul almejar a possibilidade de criar uma instituição que busque aprimorar os estudos econômicos para fomentar as relações econômicas da América Latina.

Diante do esforço dos países em consolidar blocos econômicos e internacionalizar empresas, surge um novo desafio: aproximar as relações produtivas dos países envolvidos em algum tipo de integração no espaço sul americano. Essa forma de integração vem assumindo uma importância cada dia maior em função do engajamento político com foco no Mercosul, desde sua criação em 2008.

A política de desenvolvimento produtivo criada por Luis Inácio Lula da Silva, pretende aumentar a articulação das cadeias produtivas e elevar o comércio na região ampliando a produtividade da indústria doméstica. Esse projeto de Integração regional foi criado pela Argentina e está subordinado ao Grupo do Mercado Comum (GMC)

O grupo procura promover a melhora das condições de acesso das pequenas e médias empresas aos mercados regionais e internacionais além de buscar atrair investimentos para aumentar sua competitividade e permitir a diversificação de produtos e processos; desenvolvimento de inovações através de estratégias associativas entre essas empresas.

Cria o fundo do Mercosul, com objetivo de dar garantias as micro, pequenas e médias empresas do bloco que participem de atividades de integração produtiva. Esse fundo será regido por um estatuto do Conselho do Mercado Comum e terá vigência de dez anos.

O foco do desenvolvimento das empresas é inicialmente vertical. Onde as pequenas e médias empresas poderão se unir em trono do objetivo de crescer e formar uma empresa de grande porte com base na cadeia de produção. O segundo eixo é horizontal, para que as empresas se complementem e passem a produzir para mercados terceiros. Já o último enfoque é o da ciência, tecnologia e inovação que terá como principal fator reorientar a integração e os objetivos do Mercosul.

O objetivo principal é o de unir interesses dos países latinos, de maneira a converger as diferentes opiniões evitando a reprodução de distorções econômicas, que se observa ao longo do desenvolvimento regional da Integração. A integração física da América do sul já em pleno andamento continente é chamada de IIRSA – Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana.

O projeto apresenta-se com enorme dificuldades iniciais. O transporte na região é dificultoso, pois existem enormes áreas sem infra-estrutura como a Amazônia, no Brasil. A integração logística tem se mostrado fundamental para aproximar os interesses e aproximar distâncias entre países de uma mesma sub-região. Com foco nas áreas de tecnologia, comunicações, transporte e energia, a proposta apresenta-se como uma alternativa capaz de contribuir para aumentar as exportações, mas principalmente combater o problema histórico da infra-estrutura na América- latina.

O projeto conta com apoio financeiro[41] de bancos: Banco Interamericano de Desenvolvimento" (BID), "Corporación Andina de Fomento" (CAF) e "Fundo Financeiro

41 Bruno Nogueira Terra Pinheiro, Integração Regional : Influência da IIRSA No Mercosul e no Processo de Integração Econômico Na América do Sul ; (monografia)

para o Desenvolvimento da Bacia do Prata" (FONPLATA)[4], fundos e setor privado. É importante lembrar que existem iniciativas de integração produtiva em todo o continente americano. A iniciativa apresenta dez eixos de integração sobrepostos e interligados no espaço total sul americano que refletem a ampliação física e uma integração política da região.

Essa forma de integração caracteriza-se por não estar vinculada a historicamente pautados pela dinâmica do mercado externo. Existe assim claras possibilidades de gerar uma maior integração física regional e, com ela, a ampliação dos vínculos econômicos entre os países da América

Na interação entre IIRSA e Mercosul, podemos considerar que as iniciativas de cada país são tão importantes internamente quanto externamente, como por exemplo a construção de rodovias para escoamento eficaz da produção exportável assim como a ligação entre grandes centros comerciais. Da mesma maneira deve ocorrer com a mentalidade política e empresarial dos países da região, que devem reconhecer a deficiências e superioridades um dos outros e saber quando abrir mão de certas vantagens em prol do outro para que todos cresçam de maneira conjunta e caminhem para uma real condição de igualdade, de forma que todos vejamos benefícios da integração.

3.4 A Viabilidade da Integração Continental

Alguns autores defendem o fortalecimento dos países[42] e das suas relações comerciais, regionais como forma de fortalecer as relações políticas e econômicas. Dessa maneira os países buscarão integrar e construir um sistema que facilite as relações comerciais, políticas e econômicas. Essa aproximação entre os países é considerada, por estes, a única forma de fortalecer o processo de maior inserção comercial dos países latinos na sociedade internacional.

Desde a década de 90, a sociedade internacional vem passando por profundas mudanças. Um exemplo é o desenvolvimento tecnológico que está atingindo patamares que o homem antes não almejava: internet, celular, gps, laptops dentre outros. Mais um aspecto que diz respeito à revolução comercial e industrial dos tempos modernos.

42 GOMES, Eduardo Biacchi, A Globalização Economica e a Integração no Continente Americano. Desafios para o Estado brasileiro. Relações Internacionais e Globalização, coleção 2. Ed. Unijuí, 2004.

Os países menos desenvolvidos, buscando fortalecer ainda mais as bases comerciais enquanto os países em desenvolvimento buscam diminuir a relação de dependência econômica com os desenvolvidos. Essa luta gera uma necessidade de aproximação entre economias tão distintas, fortalecendo a visão de que a interdependência tende a se acentuar cada vez mais e assim gerando uma necessidade de complementação entre os membros de um bloco.

O processo de aproximação dos países é visto, nos dias atuais, em função do contexto da globalização e das relações comerciais e sociais, cada vez mais forte, como uma forma de consolidar a estratégia de desenvolvimento regional e local.

Estruturando e consolidando uma possível integração continental na América Latina, os países estarão almejando uma maior inserção competitiva no mercado internacional. Segundo alguns autores, como Biacchi (2004), que afirmam que quanto mais as nações estiverem preparadas e unidas em um ambiente integracionista, mais facilmente irão atingir o progresso e desenvolvimento econômico, pois em economias integradas, cresce o fluxo de comércio e os países buscam adquirir vantagens nas negociações internacionais.

Conclusão

Os blocos Sul-americanos encontram-se constantemente em busca de correções e aprimoramento exigidos com o passar do tempo e amadurecimento das relações interestatais. A busca pelo fortalecimento das instituições, crescimento do comércio, inserção competitiva no cenário internacional representam o caminho e o objetivo para o desenvolvimento regional e avanço no processo de integração regional.

No Mercosul, podemos perceber que a construção do objetivo integracionista também está repleta de dificuldades conformadas ao longo do tempo. A evolução lenta e gradual está de acordo com o tempo de adequação econômica dos países-membros ao comércio, entretanto é imprescindível maior engajamento político da sub-região. A crise do Mercosul ainda que contínua, encontra possível solução com a formação de uma área monetária comum entre Brasil e Argentina. Essa seria uma maneira a ser estudada com calma no intuito de superar as divergências tarifárias entre os países membros da União estendendo-a aos demais Estados-Membros de acordo com a conformação e adequação econômica, política e social.

Um outro problema do Mercosul [43] é o fato da União Alfandegária não funcionar de maneira adequada, pois a Tarifa Externa Comum está cercada de problemas desde a sua criação em 1994. Atualmente o Mercosul eliminou a dupla cobrança da TEC para os países-membros. Essa eliminação de impostos intra-bloco deve ser benéfica para o avanço da integração no Mercosul, facilitando o intercâmbio de mercadorias e reduzindo a taxa de importação dos países-membros. Entretanto, como todas as medidas assinadas no âmbito regional, esta trouxe controvérsias e questionamentos dos países vizinhos, especificamente o Paraguai, que perde economicamente por revender mercadorias estrangeiras.

Ainda citando as dificuldades, mesmo que o projeto tenha por base a constituição de uma estrutura comercial inter-regional com foco no desenvolvimento econômico, existe por parte dos países membros exigências com relação à agenda do bloco e suas prioridades que atrapalham o desenvolvimento do curso natural para adequação e melhora da situação macroeconômica.[44] Essa melhora econômica deve se focar em três áreas principais: Trabalhar as questões vinculadas ao acesso aos mercados, incluindo favorecimentos, ajustes, facilidades

43 http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/mercosul-avancou-fim-dupla-cobranca-tec-583847.html

44 Grupo de Reflexión Prospectiva sobre el MERCOSUR – Organizadores – Clodoaldo Hugueney Filho e Carlos Henrique Cardim.

comerciais, procurar unificar ou aproximar a política de comércio em relação a países não membros do bloco econômico. Essa medida é de fundamental importância para que haja uma harmonia da panorâmica visão externa do bloco. Além da criação, adaptação e alteração dos mecanismos que criam regras para implementar decisões fundamentais do bloco. Essa medida servirá como uma forma de adaptar as decisões aos objetivos almejados.

Além disso, é preciso reestruturar as falhas estruturais que vieram com a formação do bloco. Principalmente no que se refere ao processo decisório. É fundamental que os países mais fortes assumam uma posição de liderança cooperativa frente aos demais Estados. Quanto à organização institucional, é preciso descentralizar o poder das mãos dos Estados. O poder decisório ainda se encontra nas mãos dos Ministros e Parlamentares do Mercosul. Além disso um tema de importância fundamental é instituir ao bloco o status de instituição com poder supranacional. Forçando uma maior respeitabilidade dos países membros em relação aos acordos, prazos e metas. Essas são as causas primordiais que atrasam o desenvolvimento do Mercosul. Porém, são também obstáculos que dever ser superados.

Além dos problemas estruturais, temos o problema conjuntural: as crises do bloco foram se agravando e tomando proporções maiores acentuando mais ainda os problemas estruturais. Um exemplo é a divergência apresentada pelos Estados membros das políticas macroeconômicas que resultaram na falta de avanço das políticas cambiais.

Esses são os dois elementos básicos (estrutural e conjuntural) que devem ser trabalhados de maneira conjunta para uma maior e mais eficaz evolução do bloco. O problema mais grave do ponto de vista econômico para o bloco pode ser representado pela necessidade de uma maior coordenação econômica e variação de câmbio. Uma das alternativas de solucionar esse problema poderia ser a criação de uma moeda única do bloco. Entretanto esse já é um processo mais ambicioso que deve ter como requisito ajuste das economias e das políticas fiscais dos países membros.

O foco do bloco é basicamente alavancar as economias dos países em desenvolvimento, entretanto os temas mais distintos são tratados como econômico-comercial: a questão financeira que busca financiar os projetos do bloco, a proposta de criação de um banco do Mercosul, a competitividade externa do bloco, políticas setoriais de interligação e de infra-estrutura. Isso constitui a agenda de temas do Mercosul e todas as questões figuram entre interesses que devem ser viabilizados com base no reconhecimento das assimetrias de tamanho, de poder, de desenvolvimento, de renda, de estrutura produtiva que impedem a

adoção de medidas para solucionar ou mesmo amenizar as diferenças. Nesse sentido é fundamental que Brasil e Argentina assumam um papel de liderança com caráter incentivador na busca de maior desempenho do desenvolvimento e mais apoio financeiro ao bloco.

É fundamental lembrar que apesar da característica comercial e econômica ter marcado predominantemente o bloco, sobretudo no seu período áureo, o Mercosul foi estruturado com base na natureza política e como tal deve trabalhar o conceito da sua agenda dando ênfase para a promoção política entre Estados Membros. É preciso reconhecer que o Mercosul exerce um fator de grande importância para inserção mais competitiva no mercado internacional, exercendo o Brasil uma liderança regional.

Além desses fatores econômicos que devem ter prioridade na estrutura de consolidação do bloco, faz-se necessário trabalhar as regiões de fronteira de maneira que viabilizem uma maior aproximação das comunidades fronteiriças, facilitando o comércio com a criação de estruturas e fortalecimento de postos de segurança.

Além da questão da segurança, o Mercosul apresenta temas que devem ser mencionados: A aproximação da sociedade com o processo de integração é sobremaneira importante. A comunidade acadêmica vem se esforçando para apresentar soluções e propostas aos desafios para consolidar o bloco. O Governo deve prezar pela aproximação da sociedade nas decisões que dizem respeito ao bloco.

Do ponto de vista institucional, é preciso que os países membros tenham dentro das suas agendas mecanismos que deem prioridades às adaptações internas dos Estados para tratar de temas. Uma reforma estrutural na parte institucional do Mercosul deve ser sempre observada como um ponto de reflexão e adaptação, visto que a ordem internacional está em constante mutação.

O cone sul é tido como uma prioridade na política externa brasileira mas ainda existem problemas estruturais e conjunturais que devem ser trabalhados pela sociedade civil e Governo, afim de instrumentalizar um crescimento efetivo que procure nos erros, desvios e assimetrias dos Estados estruturar e fortalecer a cada dia o bloco econômico.

Uma alternativa viável para uma maior adaptação e aceitação dos mercados sul americanos e maior desempenho comercial seria adaptar no âmbito do Mercosul objetivos da agenda da integração produtiva. Esse caminho fortaleceria e harmonizaria os objetivos

almejados tanto pelo Mercosul como pelas metas e objetivos traçados pelo ideiais da integração produtiva.

Com o surgimento da IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul nascia uma forma alternativa de ampliar os horizontes da integração para uma área mais eficaz e produtiva. A integração produtiva como apresentada, mostra-se uma eficaz forma de adaptar e converger os objetivos de integração regional para os países da América latina.

Entretanto direcionar os objetivos do Mercosul e converge-los na direção dos objetivos da integração produtiva seria uma alternativa viável mas deve exigir um esforço maior de aproximação político-econômica. Nessa possível aproximação haveria uma necessidade de adaptar as estruturas institucionais, corrigir problemas estruturais do Mercosul, reformular o processo decisório de maneira a adaptar a integração real objetivando dar foco ao mecanismo produtivo da região.

Para a conformação dessas duas formas tão distintas de integração é preciso focar na solução de problemas atuais da estrutura de integração. O foco deve ser solucionar as diferenças entre as economias, focas nas diferenças políticas e agregar soluções e interesses para o Mercosul. Sõ então, com o bloco fortalecido e engajado em solucionar impasses e dificuldades de mercado é que deveria se aprofundar os demais processos de Integração. Um dos problemas da política externa brasileira é o excesso de projetos e a ineficácia e comprometimento da sua aplicação.

Na direção da Unasul ainda existem muitas dúvidas que pairam para a efetiva construção desse bloco econômico. A democracia é exigência e condição sine-qua-non para a construção da integração no continente sul-americano. Porém alguns países ainda enfrentam dificuldades históricas para consolidar a democracia. Além desse requisito é de fundamental importância que se ampliem os mecanismos de cooperação e de coordenação multilateral adequando o processo de gestão em todos os países sul-americanos.

Os diferentes caminhos aqui são propostas que devem ser estudadas do ponto de vista técnico, econômico, político e social. Existem diversas formas de consolidar os diferentes níveis de integração no âmbito da América Latina. O fato é que integração já está consolidada no continente e se apresenta como um processo que pode admitir retrocesso, avanço ou ampliação.

Bibliografia

Seminário Mercosul e Tributação: Mercados Regionais e Globalização da Economia (1995 :São Paulo) (enviar cópia)

Sergio Abreu e Lima Florêncio e Ernesto Henrique Fraga Araújo Mercosul hoje (1995 ; Ed. Alfa Omega LTDA.

Figueiras, Marcos Simão Mercosul no contexto latino americano 2 ed.rev. Ampl e atual – São Paulo ; Atlas, 1996.

Ferreira, Aldo Leão Mercosul: comentários sobre o Tratado de Assunção e o protocolo de Brasília – Porto Alegre; livraria do advogado 1994. 141 p.

Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros/ org:Maristela Basso – 2° Ed – Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997. 668 p.

Alca e mercosul; riscos e oportunidades para o Brasil/ Samuel Pinheiro Guimarães organizador – Brasília; IPRI, FUNAG,1999. 308 p.

Tributação no mercosul/ coordenador Ives Gandra da Silva Martins ; conferencista inaugural José Carlos Moreira Alves -2.ed.atual – São Paulo ; Editora Revista dos tribunais; Centro de extensão universitária, 2002 (pesquisas tributárias. Nova série; N. 3) – Vários Autores.

GOMES, Eduardo Biacchi. **A** Globalização Econômica e a Integração no ContinenteAmericano, *Desafios para o Estado brasileiro.* Coleção Relações Internacionais eGlobalização 2. Ed Unijui, Rio Grande do Sul, 2004.

Mercosul e política / Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. - São Paulo ; Ltr, 2001

MERCOSUL – Das negociações à implantação / organizadores Luiz Olavo Batista, Araminta de Azevedo Mercadante, Paulo Borba Casella – 2ª ed – São Paulo ; Ltr,1998.

Alca e mercosul:riscos e oportunidades para o Brasil / Samuel Pinheiro Guimarães organizador. – Brasília; IPRI, FUNAG, 1999. 308p

Manual de Integração Regional/ Coordenador Daniel Amim Ferraz – Belo

Mercosul: Legislação e Textos Básicos/ Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – Seção Brasileira e Ministério das Relações Exteriores Senado Federal Brasília [2000] – 3° Edição

Grupo de reflexión prospectiva sobre el mercosul – 2003 / Clodoaldo Hugueney Filho e Carlos Henrique Cardim (org); Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2003 colección Países y regiones 496 p

Economia Internacional – A teoria pura do comércio internacional: Dominick Salvatore (1940).